

O RELATÓRIO NYAKHAT COMO RESPOSTA INSTITUCIONAL AOS CASOS DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL EM OPERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS

THE NYAKHAT'S REPORT AS AN INSTITUTIONAL RESPONSE TO CASES OF SEXUAL EXPLOITATION AND ABUSE IN UNITED NATIONS PEACE OPERATIONS

Barbara Metzner¹

Departamento de Relações Internacionais
Centro Universitário Curitiba
Curitiba – Paraná - Brasil

Resumo: O presente artigo analisa o Relatório Nyakhat como uma resposta institucional aos casos de abuso e exploração sexual em operações de paz. Busca-se demonstrar a absorção das demandas feministas pelas instituições e como impactaram a criação de mecanismos de resposta. Com o intuito de cumprir os objetivos listados, foram analisadas as três ondas da teoria feminista no Ocidente; o caso da República Democrática do Congo, em que a Organização das Nações Unidas (ONU) foi amplamente criticada; e as respostas da organização. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica de artigos científicos, reportagens da imprensa nacional e internacional, resoluções e relatórios emitidos pela ONU e por ONGs, livros, e análise documental do relatório original das Nações Unidas. Por fim, demonstrou-se a atuação das comunidades epistêmicas e o surgimento do movimento feminista no Ocidente, a partir da Revolução Francesa. Esse movimento feminista influenciou as Nações Unidas a inserirem as temáticas de gênero dentro da organização a partir do ano 2000, principalmente através das Conferências Mundiais das Mulheres. Para atuar nessa área e para combater os casos de abuso e exploração sexual nas operações de paz, foi publicado em 2015 o Relatório Nyakhat, e a pesquisa concluiu que as recomendações do Relatório devem ser seguidas para unir forças frente aos novos desafios.

Palavras-chave: Operações de paz. Feminismo. Abuso e exploração sexual. Relatório Nyakhat.

Abstract: In this study, we analyze the Nyakhat report as an institutional response to actions of sexual exploitation and abuse in peace operations. It seeks to demonstrate how the institutions absorbed the feminist demands and how they influenced the creation of response mechanisms. In order to fulfill the objectives listed, it analyzes the three waves of the feminist theories in the West; the case of the Democratic Republic of Congo in which the UN has been widely criticized; and the organization response. The research was carried out through bibliographic review of scientific articles, national and international press reports, resolutions and reports issued by the UN and NGOs, books, and documentary analysis of the original United Nations report. Finally, it demonstrates the acting of the epistemic communities and the emergence of the Western feminist movement, since the French Revolution. This feminist movement influenced the United Nations to insert gender issues within the organization since 2000, mainly through the World Conferences on Women. In order to take action in this area and to combat actions of sexual exploitation and abuse in peace operations, the Nyakhat report was published and this research concluded that the recommendations of the Report must be followed in order to unite its strengths and move forward to meet new challenges.

Key-words: Peace operations. Feminism. Sexual exploitation and Abuse. Nyakhat's report.

¹ barbarametzner16@gmail.com

Recebido: 31/08/2019

Aprovado: 16/11/2019

Introdução

A Organização das Nações Unidas (ONU) surgiu como uma resposta às enormes perdas humanas e da devastação física causada pela Segunda Guerra Mundial. Desde 1948, quando ocorreu a primeira operação de paz da ONU chamada UNTSO (*UN Truce Supervision Organization*), como uma solução inovadora, até hoje, 73 anos após, as operações de paz seguem como parte dos esforços da organização para melhorar a vida das pessoas ao redor do mundo. Conforme apontam Bellamy e Williams (2010), surgiram novas formas de conflitos armados, as quais trouxeram uma triste tendência: o aumento da vulnerabilidade de civis, sendo em muitos casos, alvos principais dos ataques.

Além disso, com o aumento do número de Operações de Paz da ONU após o fim da Guerra Fria, um enorme problema surgiu de forma desprevenida: o abuso e exploração sexual (AES) por componentes das missões de paz em populações locais durante as operações de paz. Neste trabalho, adotamos o conceito de exploração sexual apresentado no ano de 2003 pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, sendo qualquer abuso ou tentativa de abuso, de uma posição de vulnerabilidade para fins sexuais; e abuso como intrusão física ou ameaça de natureza sexual por condição desigual ou coerciva (ONU, 2003). Pressionadas pela comunidade internacional, após a divulgação pela mídia de casos de AES, as Nações Unidas começaram, a partir de 1990, a associar de forma mais intensa as questões de gênero e seu principal instrumento de manutenção da paz, as Operações de Paz das Nações Unidas (REBELO, 2013).

Com isso, o presente artigo aborda o conceito de comunidades epistêmicas, ou seja, especialistas que analisam problemas complexos, identificam interesses e propõem políticas aos Estados. Aborda também as ondas do feminismo no Ocidente e a absorção das demandas feministas pelas instituições internacionais. A partir da década de 1970, os movimentos feministas ganharam força e impactaram a ONU, para promover estratégias de igualdade de gênero no mundo. Essas estratégias foram evidenciadas nas

Conferências Mundiais sobre a Mulher, que criaram as bases para a elaboração da Resolução 1325, publicada em 2000, que foi o primeiro documento do Conselho de Segurança a conectar os temas de gênero, paz e segurança. Nesse sentido, o presente trabalho procurou apresentar as ações que já foram tomadas pelas Nações Unidas para combater os casos de AES, bem como as que ainda precisam ser implementadas.

A metodologia utilizada foi a análise documental da literatura nacional e internacional sobre o tema. As fontes da pesquisa foram artigos científicos publicados em periódicos, teses e dissertações, a literatura feminista, dentre elas, Simone de Beauvoir, Betty Friedan e *bell hooks*, reportagens das imprensas nacional e internacional, resoluções e relatórios emitidos pela ONU e por ONGs. O período dos documentos analisados é a partir do ano de 1945.

Por fim, abordamos o Relatório do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz, disponibilizado em 2015 a pedido do então Secretário-Geral Ban Ki-moon e conhecido como Relatório Nyakhat (UNITED NATIONS, 2015), apresentando suas recomendações como respostas institucionais aos casos de abuso e exploração sexual em operações de paz. Conforme demonstraremos, esforços vêm sendo realizados pela ONU para aprimorar a efetividade de mecanismos de resposta aos conflitos armados. Entretanto, o aumento da vulnerabilidade dos civis, passou a exigir mais das tropas de operações de paz da ONU. A partir disso, apresentamos o Relatório Nyakhat como uma resposta institucional da ONU frente a esses novos desafios.

1. As ondas no contexto geral do feminismo

Primeiramente, abordamos o conceito de comunidades epistêmicas e sua influência no cenário internacional, uma vez que seu surgimento foi uma resposta à participação de especialistas na elaboração de políticas domésticas. Nesse contexto, trazemos a teoria feminista, que se apresenta como uma comunidade epistêmica que busca romper com as teorias tradicionais, em um esforço para acabar com a desigualdade sofrida pelas mulheres.

O conceito de comunidades epistêmicas foi impulsionado em 1992 com a publicação de um volume dedicado ao tema na revista *International Organization*. Segundo Soares e Vitelli (2016, p. 101-102) “foi nesse contexto que se analisou o papel

desempenhado por especialistas em posição de negociação nos Estados na construção de regras internacionais para assuntos de grande complexidade técnica”.

Uma comunidade epistêmica pode ser definida como uma rede de profissionais com experiência reconhecida e competência em determinada área que seja relevante para a política. O conceito surgiu na tentativa de responder à crescente participação de especialistas na elaboração de políticas domésticas com repercussão internacional. Haas (1992) oferece uma abordagem que analisa o papel que a comunidade epistêmica tem na articulação das relações de causa e efeito de problemas complexos, ajudando Estados a identificarem interesses, enquadrando questões para debate coletivo, propondo políticas específicas e especificando pontos destacados para negociação.

Os países industrializados desenvolveram enorme interesse em planejamento, e por essa razão, procuraram estabelecer organismos de pesquisa com foco no futuro. Nesse contexto, surgiu a pesquisa feminista como uma crítica fundamental às pesquisas em geral, que se centralizavam no predomínio masculino e ignoravam a situação de vida das mulheres. Apresentamos o histórico do movimento feminista no Ocidente para demonstrar a construção desse debate político, o qual gera pressão por políticas públicas nos governos.

As primeiras ações que podemos caracterizar como precursoras do movimento feminista no Ocidente são datadas do final do século XVIII, com o início da Revolução Francesa, quando Olympe de Gouges publicou a Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, estendendo-se até as primeiras décadas do século XX, conhecida como a primeira onda feminista (RODRIGUES, 2001). Teve início na Inglaterra, onde as *suffragettes*— ou sufragistas, em português, as primeiras ativistas do feminismo ocidental no século XIX – promoveram diversas manifestações para conquistarem o direito ao voto. Entretanto, é importante lembrar que em toda a história ocidental, várias mulheres lutaram por liberdade e muitas foram mortas por isso (PINTO, 2010). –

A partir do século XVII, com a inserção das mulheres em conventos, estas começaram a questionar a diferenciação na educação de meninos e meninas. Durante o século XVII, também, surgiram os salões literários, organizados principalmente por mulheres em suas casas. Por meio destes salões, as mulheres puderam ganhar

visibilidade no ambiente letrado, bem como puderam tornar públicas as suas próprias obras (ZECHLINSKI, 2015).

Marie Gouze ou Olympe de Gouges passou a ganhar notoriedade nos salões literários parisienses e se destacou por seu pensamento revolucionário. Olympe de Gouges demonstrou sua insatisfação à aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, ao encaminhar para a Assembleia Nacional da França o seu panfleto Declaração dos direitos da mulher e da cidadã (SCHMIDT, 2012). Quatro anos mais tarde, foi julgada e condenada à pena de morte (GILL, 2009). De acordo com Oliveira (2007), o ápice da primeira onda do feminismo foi a luta pelo voto feminino. No entanto, a autora destaca que, em sua grande maioria, a participação no movimento era de mulheres brancas de classe média.

Contudo, o feminismo da primeira onda, tanto na Europa como nos Estados Unidos da América (EUA), perdeu força a partir da década de 1930 e só apareceu novamente, com importância, na década de 1960 (PINTO, 2010). Esse intervalo que separou as duas ondas foi motivado, principalmente, pela Revolução Industrial e pelas duas Guerras Mundiais (BEDIN; CITTADINO & ARAÚJO, 2015). O livro *O Segundo Sexo*, escrito pela francesa Simone de Beauvoir, em 1949, é uma exceção, pois foi escrito isoladamente dos movimentos feministas da época, mas se tornou o mais importante símbolo do feminismo no pós-guerra (LeGATES, 2001).

As mulheres foram valorizadas no período de guerras, quando a força de trabalho masculina foi para os campos de batalha e a participação feminina nas fábricas era necessária (ALVES & PITANGUY, 1985). No entanto, com o término das guerras mundiais, os homens retornaram ao mercado de trabalho e, com isto, as mulheres perderam suas posições conquistadas no período de guerras. Arelado a esse fato, o papel estatal e midiático foi de fundamental influência no retorno da mulher ao espaço doméstico. As propagandas, neste período, exaltavam a figura da dona-de-casa servil ao marido, o papel de esposa e mãe e o fomento à indústria de beleza e estética (ALVES & PITANGUY, 1985).

Nos Estados Unidos, a publicação do livro *A Mística Feminina*, de Betty Friedan, em 1963, constituiu uma das principais obras da segunda onda. Em seu livro, Friedan demonstra que a realização como mulher só tinha uma definição para a

americana após 1949: esposa-mãe. Outra importante autora feminista da segunda onda é Gloria Jean Watkins, ou *bell hooks* (pseudônimo adotado pela autora), a qual faz uma crítica à *A Mística Feminina* por não incluir em seu discurso as mulheres negras e mulheres brancas pobres.

A terceira onda feminista surgiu, de acordo com Bonnici (2007), em torno de 1990, nos Estados Unidos, derivada da necessidade de renovação do movimento. Essa onda apresenta uma pauta de reivindicações mais ampla do que o grupo da segunda onda, uma vez que engloba “a teoria queer, a conscientização da negra, o pós-colonialismo, a teoria crítica, o transnacionalismo”, dentre outros temas (BONNICI, 2007, p. 253).

A partir da década de 1970, os movimentos feministas ganharam força, por meio de protestos e outras mobilizações e impactaram a Organização das Nações Unidas para promover estratégias de igualdade de gênero no mundo. Tais estratégias foram criadas nas quatro Conferências Mundiais das Mulheres, que ocorreram entre 1975 e 1995 (MIRANDA, 2014).

Em 1993, houve a Conferência Mundial dos Direitos Humanos e, em 1994, a Conferência Mundial de População e Desenvolvimento. A partir destes eventos, percebeu-se a saída do debate sobre gênero das esferas nacionais, sendo levadas para o espaço internacional, tornando-se uma temática relevante no cenário global (MIRANDA, 2014).

As Nações Unidas começaram a relacionar as questões de gênero com as Operações de Paz a partir da década de 1990. Foram realizadas diversas iniciativas para promover o entendimento sobre o assunto, como resoluções, relatórios, declarações e diretrizes, que aos poucos foram sendo introduzidos no sistema da instituição (REBELO, 2013).

A “Conferência de Pequim”, como ficou conhecida a “IV Conferência Mundial sobre a Mulher”, realizada em 1995, teve grande impacto internacional, pois foi palco da Plataforma de Ação de Pequim. Os esforços dessa Conferência foram consolidados em 2000, quando o Conselho de Segurança publicou a Resolução 1325, sobre mulheres, paz e segurança, exigindo a participação das mulheres na construção da paz.

Além das Conferências, houve a adoção da Convenção das Nações Unidas contra a Discriminação das Mulheres, aprovada em 1979, a qual definiu o conceito de violência de gênero como violência direcionada a uma pessoa com base no gênero ou sexo (KARIM & BEARDSLEY, 2017).

Para Ardaillon (2002), essas conferências mundiais foram importantes para a discussão dos direitos das mulheres, pois impactaram as estruturas de gênero de vários países membros da ONU. A partir do exposto, vemos que a institucionalização das políticas de gênero esteve atrelada às conferências promovidas pela ONU e a Plataforma de Ação de Pequim. Entretanto, para Miranda (2014), a distância entre o discurso e a prática é o que impede o avanço da integração das políticas de gênero e a implementação das políticas de igualdade nos Estados, além de depender de interesses políticos e econômicos.

2. Missões de paz e reconstrução pós-conflito

A criação da Organização das Nações Unidas em 1945 foi um grande avanço na área de segurança para evitar tragédias, como a Segunda Guerra Mundial (REBELO, 2012). A ONU defende, desde a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a defesa dos direitos humanos como ferramenta para a prevenção de conflitos (ONU MULHERES, 2018). Nesse sentido, as Operações de Paz das Nações Unidas são o principal instrumento de manutenção da paz.

Os países contribuintes de tropas (*troop contributing countries* – TCCs) das operações de manutenção da paz das Nações Unidas preferem a expressão *peacekeeping operations*, pois consideram o termo *peace operations* muito abrangente. Para eles, o termo *peacekeeping operations* pressupõe, dentre outros requisitos, o consentimento do país anfitrião quanto à presença da ONU em seu território, respeitando a soberania dos Estados (FAGANELLO, 2013).

Bellamy e Williams (2010) apontam que muitos analistas, dentre eles a pioneira do conceito, Mary Kaldor, sugerem que a partir de 1945, o processo de globalização deu origem a novas formas de conflitos armados, chamados de “novas guerras”. Essas novas guerras acontecem em contextos de fracasso estatal e de transformação social ocasionada pela globalização. Observa-se, ainda, o aumento de vítimas civis e o

deslocamento forçado, em razão de civis estarem sendo os principais alvos dessas guerras, o que impactou a forma de atuação dos *peacekeepers* em operações de paz, exigindo destes mais capacidades para lidar com essa nova situação (NEWMAN, 2004 apud BELLAMY & WILLIAMS, 2010).

Após o fracasso da operação na Somália em 1992, por falta de administração, do genocídio em Ruanda de 1994 e do massacre na antiga Iugoslávia, por falta de vontade política do próprio Conselho de Segurança, a ONU decidiu reavaliar seus mecanismos e práticas, principalmente nas operações de paz (REBELO, 2012). Em março de 2000, em resposta às falhas institucionais da Organização; à crescente demanda por operações de paz e ao fracasso da operação da ONU na Serra Leoa (BELLAMY & WILLIAMS, 2010), houve o Painel sobre Operações de Paz das Nações Unidas. A operação em Serra Leoa contava com recursos limitados, a polícia estava mal equipada, a estrutura judiciária era insuficiente, a questão dos refugiados se tornou um problema regional e houve grande resistência dos grupos locais para realizar a desmobilização. Foi considerado falho, pois não promoveu justiça à população, nem possibilitou a reintegração dos ex-combatentes, existindo o risco de ressurgir o conflito no futuro (VALENÇA, 2006). O resultado desse Painel foi o Relatório Brahimi, o primeiro marco dessa mudança, o qual enfatizou o trabalho da equipe da ONU nas operações, para melhorar o planejamento, o suporte e o poder de decisão e requisitou equidade de gênero na seleção de líderes das missões (REBELO, 2012).

A mudança nos princípios que guiaram as primeiras missões de paz foi resultado da instabilidade instaurada com o surgimento de novos Estados, do crescimento da violência interna e do desdobramento de diversas guerras civis. Graves crises humanitárias desencadearam a discussão sobre violações de direitos humanos e a legitimidade de ação das Nações Unidas. Após a publicação do relatório (UNITED NATIONS, 2000) Nós, os Povos: o Papel da ONU no Século XXI, pelo então secretário geral da ONU, Kofi Annan, em 2000, as operações de paz foram sendo modificadas, tendo seu contingente aumentado e exercendo maior variedade de atividades, como: desarmamento, reintegração, realização de eleições, desenvolvimento da polícia local, manutenção de empresas privadas, transporte de alimentos, dentre outras (REBELO, 2012).

Em razão do cenário de fragilidade ou inexistência de poder do Estado local, as tropas da missão acabam realizando ações para atender as necessidades básicas da população. Por esse motivo, torna-se comum a aproximação destes com a população local, até porque a legitimação de uma missão depende da boa relação mantida com os civis locais. Para realizar essa variedade de atividades, a ONU disponibiliza materiais para utilização nos centros de treinamento nacionais, abordando as áreas de direitos humanos, gênero, saúde, código de conduta, dentre outras (REBELO, 2012).

Com relação à questão de gênero, Beilstein (1995) chama a atenção para o fato de que, apesar de o artigo 8 da Carta das Nações Unidas se posicionar a favor da igualdade entre homens e mulheres na participação das atividades da organização, são poucas as mulheres que serviram como combatentes e lideranças em operações de paz da ONU. A autora demonstra que a origem desta pequena participação vem das próprias polícias nacionais, pois muitos países ainda proíbem a entrada da mulher na área militar, e outros desestimulam essas a irem para o combate (BEILSTEIN, 1995).

Apesar de muitos países demonstrarem que estão abertos para as mulheres, algumas normas impedem a chegada das mulheres a cargos de liderança, posições de poder e algumas unidades, como o combate. As mulheres são geralmente alocadas em atividades secundárias e/ou de apoio, como saúde e traduções. Ainda se houve falar no argumento de que as mulheres possuem capacidade física inferior, e por isso precisariam ficar com atividades mais leves. No entanto, para a autora, a força física não pode mais ser considerada fundamental em razão do alto nível de tecnologia que é utilizado nos dias de hoje. Outro fato que é importante ressaltar é o constrangimento e o assédio sexual que as militares enfrentam por parte de seus próprios colegas militares (REBELO, 2012).

Para Nadine Puechguirbal (2010 apud REBELO, 2012) , a linguagem masculinizada presente em documentos sobre operações de paz é refletida em práticas que reproduzem noções erradas de gênero, reforçando desigualdades já existentes nas comunidades em que a ONU atua. Nos conflitos armados atuais, mulheres e homens têm experiências, necessidades e perspectivas diferentes nos conflitos. As mulheres são mais vulneráveis ao estupro, abuso sexual, sequestro, escravidão e deslocamento (REBELO, 2012).

Com o aumento do número de Operações de Paz da ONU após o fim da Guerra Fria, um enorme problema surgiu de forma desprevenida: o abuso e exploração sexual (AES) por *peace-keepers* – expressão aqui utilizada para qualificar todos os integrantes de uma *peace-keeping operation* – em populações locais durante as operações de paz. As alegações contra as tropas das missões têm sido extremamente prejudiciais para as missões de paz e para as Nações Unidas, reduzindo os mandatos para as missões e gerando uma imagem negativa da ONU na mídia internacional (NDULO, 2009). A Resolução 1960, adotada pelo Conselho de Segurança em 2010, define violência sexual em conflitos como estupro, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização compulsória ou qualquer outra forma de violência sexual neste sentido, contra mulheres, homens, meninos e meninas.

De acordo com Whitworth (2004 apud REBELO, 2012), os primeiros relatos de abusos cometidos por soldados da ONU ocorreram na Somália, em 1993. A população local fez diversas denúncias contra os militares no Camboja em 1997, no entanto, nenhuma ação disciplinar foi tomada. Somente na década de 2000, após inúmeras denúncias a soldados da MONUC (Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo), revelando casos de violência sexual contra congolezes, foi que a ONU percebeu a gravidade do problema e passou a buscar meios para combater a situação (REBELO, 2012).

Rebelo (2012) enfatiza que a ONU não possui competência para punir esses acontecimentos em razão do Acordo do Status das Forças (SOFA), assinado com o Estado anfitrião. Dessa forma, as leis locais não podem ser aplicadas aos militares e a ONU pode somente apoiar investigações, repatriar militares, acompanhar julgamentos e pressionar os países envolvidos através de medidas administrativas. Em casos de AES envolvendo militares, é responsabilidade do país contribuinte das tropas investigar e punir os envolvidos.

A Missão das Nações Unidas de Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), anteriormente conhecida como MONUC, é um caso que foi amplamente exposto pela mídia a partir de 2004 em razão dos abusos e explorações sexuais ocorridos na missão. As lições aprendidas sobre exploração sexual na MONUSCO têm relação com a necessidade de introduzir melhores formas de

contrabalancear a influência de comandantes em todos os níveis. Treinamento sistemático e sensibilização são os mais efetivos meios de prevenção (DAHRENDORF, 2006).

Conforme apresentam Bellamy e Williams (2010), a base para a mudança no posicionamento da organização foi a recente percepção de que conflitos armados afetam as pessoas de maneiras diferentes. A Resolução 1325 do Conselho de Segurança, publicada em 2000, reconheceu que as guerras atingem de formas diferentes homens, mulheres, meninos e meninas, e que a inclusão de gênero tem papel fundamental na construção e manutenção da paz. A Resolução 1325 foi a primeira a ligar as questões de gênero, paz e segurança, fundando a agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS). É importante ressaltar que essa discussão teve início na Conferência de Pequim, em 1995, a qual tem um capítulo dedicado para mulheres, paz e segurança.

No ano de 2002, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) divulgou informações sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Guiné-Bissau, em Serra-Leoa e na Libéria, cometidos por agentes de organizações não-governamentais e soldados da ONU. De acordo com a investigação, os agentes negociavam acesso a serviços básicos e alimentos em troca de sexo com meninas menores de 18 anos. O relatório apresenta a existência de uma “conspiração do silêncio” entre os funcionários para que estes não passem informações de um colega envolvido em exploração sexual, sob a ameaça de ser excluído e julgado (REBELO, 2012).

Em 2003, a Assembleia Geral da ONU instaurou a política de tolerância-zero a abusos e exploração sexual (FONTOURA, 2009). Várias medidas de combate aos atos de AES são estabelecidas pela ONU, seguindo a política de tolerância zero: zonas proibidas (*No-go zones*), 17 campanhas de informação, códigos de conduta, linhas telefônicas para denúncia, *Conduct and Discipline Teams* e *focal points* (FERSTMAN, 2013).

Em 2004, a mídia internacional divulgou o envolvimento de *peacekeepers* em abusos sexuais de meninas e mulheres na República Democrática do Congo. A partir disso, as Nações Unidas decidiram reavaliar ações para solucionar o problema. A pedido do Secretário-Geral, o Príncipe Zeid Hussein, embaixador da Jordânia, organizou-se o

Relatório Zeid ainda no mesmo ano, sobre “Estratégia Completa para Eliminar Futuros Abusos e Explorações Sexuais em Operações de Paz das Nações Unidas”. Apesar dessas iniciativas, as inúmeras acusações contra tropas da ONU na RDC continuam sem resposta e sem punição, desde o início da década 2000. Essas contradições reduzem o significado da política de tolerância zero à violência sexual. (FERSTMAN, 2013).

Conforme apontado por Martuscelli e Rinaldi (2017, p. 30), “as respostas dadas pela ONU foram reativas e não proativas, dependendo ainda muito da boa vontade dos Estados e oferecendo pouco apoio para os sobreviventes”. As respostas da organização não têm sido suficientes e mudanças só foram implementadas quando houve escândalos na mídia. Os autores apontam a necessidade de entender que corpos são políticos e que as missões de paz estão inseridas em contextos patriarcais, onde os corpos que ali vivem são racializados. Dessa forma, a Organização precisa de respostas mais duras, como um sistema efetivo de responsabilização, para garantir que essas violações não mais ocorram (MARTUSCELLI & RINALDI, 2017).

3. O Relatório Nyakhat como resposta institucional aos casos de abuso e exploração sexual

A partir da década de 1990, as Nações Unidas começaram a associar, de forma mais intensa, as questões de gênero e seu principal instrumento de manutenção da paz, as Operações de Paz das Nações Unidas (REBELO, 2013). Conforme já demonstrado, a partir de 1945, surgiram novas formas de conflitos armados, com a tendência ao aumento da vulnerabilidade de civis, em razão de estes serem os principais alvos dessas guerras (BELLAMY & WILLIAMS, 2010).

Como parte do processo de aprimoramento da efetividade dos mecanismos de resposta aos conflitos armados, após meses de trabalho e consultas com atores-chave da área de segurança internacional, foi criado no ano de 2014, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015), o relatório do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz (HIPPO, na sigla em inglês), o qual será abordado na sequência (HAMANN & ABDENUR, 2017).

Como uma continuação do Relatório Brahimi, o Secretário-Geral Ban Ki-moon instituiu, em outubro de 2014, o Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de

Paz, para conduzir uma avaliação da atual situação das operações de paz da ONU e as necessidades para o futuro. O Painel foi presidido pelo ex-Presidente de Timor-Leste e Prêmio Nobel José Ramos-Horta. A escolha dos membros do painel foi feita pelo Secretário-Geral da ONU com base na distribuição geográfica e experiência dos candidatos. Com isso, formou-se um grupo heterogêneo em termos de qualificações, porém homogêneo com relação à vivência no sistema ONU e em outros organismos internacionais (AGUILAR & ALONSO, 2018).

O Painel estabeleceu, desde o início, uma agenda de viagens para contatos com autoridades, organismos, membros da academia, *think tanks*, sociedade civil, organizações não-governamentais, etc. Essa iniciativa tinha como intenção ouvir as vozes de pessoas de diferentes regiões, para integrar e captar a realidade das operações de paz (AGUILAR & ALONSO, 2018). O relatório, disponibilizado em junho de 2015, realçou as diversas áreas que precisam de reformas contínuas: prevenção de conflitos, proteção de civis e reconstrução das instituições nacionais (UNITED NATIONS, 2015). O relatório recomenda mudanças institucionais específicas para atingir esses objetivos e que forneceriam as bases para as próximas gerações de *peace-keepers* (KARIM & BEARDSLEY, 2017).

O Relatório ficou conhecido como Nyakhat, em razão da história contada logo no início do Relatório, a qual inspirou o presidente do Painel, José Ramos-Horta. De acordo com o relatório, em abril de 2014, Nyakhat Pal, de apenas 3 anos, caminhou por quatro horas conduzindo seu pai cego e dois cachorros para um centro de distribuição da UNICEF-WFP (Fundo das Nações Unidas para a Infância e Programa Alimentar Mundial, respectivamente) em Pagak, no Alto Nilo, Sudão do Sul. Quando a Nyakhat ouviu que a ONU estava fornecendo suprimentos de comida, água e saneamento básico no centro, ela correu para lá.

Eles caminharam por aquelas quatro horas através de terrenos duros e perigosos. A área tem presenciado sérios confrontos entre as forças da oposição e o exército do Sudão do Sul, e os *peacekeepers* da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) foram enviados para proteger a população civil e criar uma zona de segurança. Nyakhat conseguiu o que procurava. Ela recebeu suprimentos básicos e voltou para sua vila, outra viagem de quatro horas a pé.

Ramos-Horta ressalta que a história da Nyakhat é um nítido exemplo do motivo pelo qual as Nações Unidas foram criadas há 70 anos (UNITED NATIONS, 2015): “para reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem e na dignidade e valor do ser humano” (ONU, 1945). E hoje, a história da Nyakhat ainda representa a ONU, bem como suas deficiências.

Ainda com relação à inspiração trazida pela história de Nyakhat, o relatório apresenta alguns pontos sobre a atuação das Nações Unidas. Para o relatório, a Organização permanecerá relevante na medida em que responda efetivamente às expectativas das pessoas que passam por grandes dificuldades, às vezes em lugares remotos e inacessíveis, e que ainda demonstram enorme resiliência, orgulho e bravura. A Organização continuará legítima enquanto atuar como uma voz para os que não são ouvidos, buscando seus pontos de vista e garantindo sua total participação. Evidencia, ainda, que a Organização se manterá confiável enquanto for provida de líderes e funcionários que demonstrem coragem, integridade, compaixão e humildade, e que ajam de acordo com as normas, princípios e valores em que a Organização foi fundada.

O Relatório Nyakhat é centrado nas pessoas e recuperou a ideia de que são as dificuldades enfrentadas pela população civil que devem orientar os esforços da organização. Reconhece que as mudanças no cenário internacional, principalmente na questão das novas formas de conflitos armados, estão acontecendo rapidamente e que as Nações Unidas não estão progredindo na mesma velocidade (CAVALCANTE, 2010).

O resultado do Painel representa uma mudança notável de relatórios anteriores sobre missões de paz, na medida em que incluiu uma seção especial para a agenda Mulheres, Paz e Segurança. Ele aborda a questão de gênero, mencionando a participação de mulheres na resolução e mediação de conflitos; a participação de mulheres nas tropas; violência e exploração sexual; e a nomeação de mulheres para cargos de liderança em missões. O relatório aponta, ainda, outras preocupações, como a suposição de que essa agenda é “apenas para mulheres”, impedindo a completa integração da perspectiva de gênero nas operações; e falta de recursos, habilidades técnicas e líderes nas questões de gênero dentro do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) (KARIM & BEARDSLEY, 2017). O relatório observa, no entanto, que os desafios permanecem e afirma que apesar de a agenda MPS ser

amplamente reconhecida, 15 anos após seu surgimento, ainda existe uma compreensão limitada do potencial de integrar a perspectiva de gênero e aumentar a participação das mulheres em todos os níveis da vida política e civil (UNITED NATIONS, 2015).

O relatório reconhece, em seu sumário, a existência de uma lacuna entre o que é esperado das missões de paz e o que de fato elas são capazes de entregar. Para reduzir essa lacuna, o relatório recomenda quatro mudanças inicialmente. Em primeiro lugar, soluções políticas devem guiar a implementação das operações de paz, e não compromissos militares e técnicos. O segundo ponto é a necessidade de definir o escopo da missão de acordo com a situação local específica. Em terceiro lugar, devem-se reforçar parcerias para garantir uma paz inclusiva e um ambiente seguro. Em quarto, fortalecer o foco na proteção das pessoas e planejar as operações de acordo com as necessidades do campo. O relatório ressalta que é responsabilidade das Nações Unidas proteger os civis, principalmente diante de uma ameaça iminente.

O fortalecimento das instituições também é citado pelo relatório como uma mudança necessária nas operações de paz, colocando políticas em prática, como aumentar o número de nomeações de mulheres para posições de liderança. O Painel propõe uma série de maneiras de integrar a agenda Mulheres, Paz e Segurança e direitos humanos às operações de paz. O Painel salienta a importância de abordar o tema do AES e da *accountability*, ao demonstrar que mesmo dez anos após a organização começar efetivamente a abordar a questão, casos de abuso e exploração sexual por *peace-keepers* ainda acontecem, para a vergonha da organização e dos países fornecedores de tropas. Para o Painel, os países devem investigar minuciosamente e punir os responsáveis pelos casos de AES, e as Nações Unidas devem garantir que as vítimas sejam compensadas pelo dano sofrido.

No segundo capítulo, o relatório destaca que os mediadores da ONU devem trabalhar com atores relevantes dos países interessados, incluindo a comunidade, líderes religiosos, sociedade civil representando as mulheres, jovens e outros. Enviados especiais e representantes do Secretário-Geral devem garantir a consulta consistente e sistemática com mulheres líderes e de diversos setores da sociedade para entender e incorporar suas perspectivas e angariar suas potenciais contribuições para o processo político. Eles precisam assegurar que as opiniões expressadas por essas mulheres sejam

devidamente levadas em consideração em suas próprias estratégias políticas e evidenciem a importância da participação feminina em suas delegações. Eles devem estimular programas de desenvolvimento de capacidades para mulheres, onde for necessário, para que elas possam participar com credibilidade nas negociações de paz e nos processos de tomada de decisão. Eles devem encorajar as partes do conflito a incluírem questões específicas relacionadas à participação da mulher na mitigação e prevenção de conflitos, recuperação, reconciliação e medidas de proteção em acordos de paz.

O ponto número cinco do segundo capítulo trata da sustentação da paz, pois o processo de paz não termina com o cessar-fogo, acordo de paz ou com a eleição. O relatório reforça que os países recém-saídos de um conflito não são uma página em branco e sua população não é um projeto. Um problema destacado pelo relatório é o fato de os processos de paz geralmente serem estabelecidos em capitais, marginalizando milhares de pessoas. Por isso, o Painel recomenda trazer todas as partes do conflito para garantir uma resposta efetiva para as necessidades do país e providenciar apoio político e operacional para processos de inclusão e reconciliação nacional.

O Painel destaca, ainda, que uma abordagem de gênero para o policiamento é essencial para dar exemplo para as partes nacionais e proteger os civis. O Secretariado e os Estados-Membros devem desenvolver uma estratégia com medidas concretas para aumentar a porcentagem de mulheres policiais em missões de paz. Os Estados-Membros podem acelerar esse processo por meio de recrutamento, ou por meio de pessoal especializado em unidades de proteção de mulheres e crianças contra a violência sexual.

De acordo com o relatório, recentes operações confirmaram que combatentes mulheres desempenham um papel fundamental na conquista da confiança de mulheres e meninas dentro das comunidades locais, detectando suas necessidades e adaptando as respostas das operações de paz. No entanto, o nível de mulheres como combatentes continua baixo: 3% dos militares das Nações Unidas e 10% dos policiais (UNITED NATIONS, 2015). Estes números refletem a baixa participação feminina nos serviços militares e policiais nacionais. Os países fornecedores de tropas devem implementar a

resolução 1325 e elaborar planos para aumentar o número de mulheres no setor de segurança nacional.

O Painel aponta, também, que o treinamento deveria ser uma prioridade para as operações de paz, entretanto é uma área com poucos recursos. O Secretariado deve auxiliar os Estados-Membros na atualização de seus treinamentos, e questões de gênero e direitos humanos devem ser integradas em todos os treinamentos.

Ainda no terceiro capítulo, o Painel expõe a dificuldade que algumas operações de paz enfrentam para se engajar efetivamente com a comunidade. A vasta área da operação, dificultando o acesso à população dispersa; a dificuldade de encontrar um representante que de fato fale em nome da população local, às vezes sendo priorizadas as pessoas que falam inglês ou francês; a falta de clareza no modo em que as operações podem contribuir para o processo político; e a preocupação do governo local com essa proximidade são os motivos que explicam a falta de engajamento. Atrelado à questão do treinamento, muitos atores das comunidades locais expressaram à equipe do Painel uma dificuldade de interagir com as tropas da ONU, por esta não estarem preparadas para lidar com pessoas traumatizadas e em razão da barreira linguística, que prejudica ainda mais a comunicação.

No centro do ideal do Painel sobre operações de paz está a ideia de que as Nações Unidas devem unir seus pontos fortes para enfrentar estes desafios. Para ter sucesso, as operações de paz da ONU precisam fortalecer as parcerias com organizações regionais, com governos anfitriões e com a população local a fim de superar conflitos. As operações de paz da ONU devem responder aos beneficiários finais da paz e aos sobreviventes do conflito.

Consciente da situação fiscal e das restrições dos Estados-Membros, o Painel observa que, com as reduções já previstas, as recomendações deste relatório poderiam ser implementadas de forma a não aumentar os custos totais. Além disso, o Painel acredita que deve ser realizada uma revisão de operações de paz que já existem há mais de cinco anos para avaliar sua eficácia e identificar possíveis pontos de mudança.

Para ter sucesso frente às melhorias sugeridas no Relatório, as Nações Unidas precisarão se comprometer no fortalecimento de suas operações de paz, e isso exigirá esforços de diversas partes da organização. O Painel aponta que a próxima década

apresentará muitos desafios, mas que as operações de paz da ONU podem ser transformadas em um instrumento mais forte para administrar os difíceis desafios da paz e segurança nos próximos anos.

Apesar de existir um importante quadro normativo para o avanço da agenda Mulheres, Paz e Segurança, muitos desafios impedem a completa implementação da Resolução 1325 das Nações Unidas. Segundo o relatório Nyakhat, a principal dificuldade é a falta de uma liderança nacional para tornar essa agenda uma prioridade nacional. O relatório cita diversos desafios que limitam a implementação da agenda, os quais serão descritos abaixo:

- A existência da equivocada noção de que a agenda é uma “questão de mulher”, e que pode ser abordada apenas por mulheres, em vez de ser uma questão de paz e segurança para toda a sociedade;
- A experiência e as necessidades específicas de mulheres e meninas em situação de conflito geralmente não são incluídas em avaliações preliminares e, portanto, não fazem parte das estratégias de planejamento de missões;
- As questões de gênero são constantemente atribuídas às equipes das unidades de gênero, em vez de serem integradas em todas as unidades;
- Existe uma insuficiência de capacidade política e técnica para apoiar o trabalho de gênero nas missões de paz, bem como nas sedes da organização;
- Há falta de financiamento de missões para apoiar atividades sobre gênero, o que limita a capacidade de engajamento das tropas com a população local, especialmente mulheres e meninas;
- Observa-se um comprometimento desigual sobre a agenda entre os níveis mais altos e entre todos os funcionários da missão, e nos escritórios. Existe uma falha na compreensão de que a integração do gênero e o avanço da agenda são responsabilidade de todos.
- A atenção às mulheres líderes e às organizações da sociedade civil das mulheres, especialmente no nível da missão sênior, é muitas vezes irregular ou informal. Não envolver as mulheres na contribuição para o trabalho da missão é perder uma oportunidade fundamental;

- E por fim, apesar dos debates anuais sobre a agenda, a aplicação dela durante o restante do ano não ocorre de forma consistente, inclusive durante a formulação de mandatos, o que é agravado pela falta de atenção a essa questão nos relatórios enviados para o Conselho de Segurança.

Com base nisso, o relatório sugere que as análises sobre gênero devem ser conduzidas durante o planejamento das missões, o desenvolvimento de mandatos, a implementação e a revisão da missão. Isso requer que as missões possuam capacidade de análise das questões de gênero e que recorram a especialistas, como mulheres líderes locais, organizações de mulheres e outras entidades relevantes da ONU.

Com o objetivo de fortalecer a responsabilidade pela implementação da agenda MPS, o pacto entre o Secretário-Geral e os chefes da missão deve incorporar três critérios: o compromisso de promover a incorporação da perspectiva de gênero em todas as tarefas exigidas; o compromisso de incentivar os líderes nacionais a assumirem a agenda; e o compromisso de aumentar a igualdade de gênero entre os funcionários. Funcionários do Secretariado e enviados especiais devem reportar rotineiramente ao Conselho de Segurança o impacto diferenciado de conflito sobre mulheres e meninas, bem como análises sobre sucessos, desafios, fracassos e recomendações na implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança. O Conselho de Segurança, por sua vez, deve se envolver mais com mulheres e homens das comunidades afetadas para melhor compreender e responder às preocupações específicas de gênero de situações de conflito e assegurar atenção crescente à agenda Mulheres, Paz e Segurança.

Quando uma operação de paz é implantada, ela acontece com o consentimento do governo local, porém, é necessário conquistar a confiança e o apoio da população. Casos de abuso e exploração sexual significam que alguns *peace-keepers* estão causando danos para aqueles que eles deveriam proteger. Esses casos enfraquecem o trabalho das operações de paz e sua aceitação dentro da comunidade local, além de prejudicar a reputação da organização. No tópico “enfrentando abusos e melhorando a *accountability*” do relatório, demonstra-se que desde 2005 vêm sendo feitos esforços para fortalecer a conduta e a disciplina nas operações de paz, entretanto, dez anos após a organização começar efetivamente a abordar a questão, esses casos ainda acontecem. A

comunidade local geralmente não é informada sobre como relatar casos de má conduta de funcionários da ONU. O atual sistema de acompanhamento dos casos de AES pelo Secretariado e pelos Estados-Membros, por meio de medidas disciplinares ou legais continua sendo ineficaz. Não existe um programa abrangente, sistemático e com recursos adequados para prestar assistência às vítimas, o que afeta a chance da vítima de buscar justiça.

O Painel apoia a proposta do Secretário-Geral de sancionar todas as categorias de funcionários das operações, inclusive demissões e repatriações, sem a possibilidade de continuar prestando serviços dentro da organização. O Painel apoia, ainda, a suspensão da parcela de pagamentos a países contribuintes de tropas ou policiais que estejam ligados a um indivíduo suspeito de exploração e abuso sexual com base em evidências confiáveis. O Painel sugere que os Estados-Membros, em especial os contribuintes de tropas, investiguem imediatamente e julguem todas as alegações de má conduta e crimes, principalmente os relacionados à violência sexual.

Com relação a ações corretivas, o Painel apoia a proposta do Secretário-Geral de criar um fundo para financiar atividades de prevenção, conscientização e sensibilização da comunidade. Os Estados-Membros devem também apoiar a criação pelo Secretário-Geral de um programa de assistência às vítimas, com recursos suficientes para apoiar vítimas individuais e crianças nascidas em resultado de exploração e abuso sexual.

O Relatório é finalizado incentivando a organização e os Estados-Membros a adotarem suas recomendações. O documento enfatiza que as operações de paz das Nações Unidas e a organização como um todo devem unir seus pontos fortes e avançar para enfrentar os novos desafios, a fim de suprir as expectativas de Nyakhat Pal e outros milhões afetados pelo conflito, de que os capacetes azuis providenciarão a paz para que eles possam ter um futuro.

Conforme demonstrado anteriormente, os movimentos feministas impactaram as Nações Unidas para promover estratégias de igualdade de gênero no mundo. Apresentamos, também, que essa é uma área do conhecimento que está em constante construção, e que está ligada com as disputas entre discurso e poder. Nesse sentido, a comunidade epistêmica feminista cria as bases da formação das políticas públicas que alteram o comportamento dos países no cenário internacional.

Em razão do frágil cenário em que as operações de paz são instauradas, as tropas acabam se aproximando da população. Entretanto, uma consequência disso foi o surgimento de casos de abuso e exploração sexual por *peace-keepers*. Sendo as Operações de Paz o principal instrumento de manutenção da paz, a comunidade internacional começou a exigir uma resposta da organização, principalmente pressionada pelas discussões que surgiram na Conferência de Pequim através das comunidades epistêmicas. Com isso, o Conselho de Segurança publicou a Resolução 1325, a qual fundou a agenda Mulheres, Paz e Segurança. Desde então, a ONU vem realizando outros esforços, sendo um deles, o Relatório Nyakhat, feito com consultas de organizações, acadêmicos, *think tanks* e outros atores-chave da área de segurança internacional. O resultado do Relatório representou uma mudança com relação aos relatórios anteriores, na medida em que incluiu uma seção especial para a agenda Mulheres, Paz e Segurança e que levou em consideração as demandas feministas.

Conclusão

O conceito de comunidades epistêmicas foi uma resposta à participação de especialistas na elaboração de políticas domésticas, que estavam influenciando o cenário internacional. Nesse contexto, surgiu a epistemologia feminista, que trouxe a subjetividade como forma de conhecimento, propondo uma nova relação entre teoria e prática e buscando romper com as teorias tradicionais, em um esforço para acabar com a desigualdade sofrida pelas mulheres.

O movimento de mulheres no Ocidente foi essencial, na medida em que gerou a organização de mulheres para lutarem pelos direitos e temas que hoje são considerados relevantes perante a comunidade internacional. Desde as primeiras ações no início da Revolução Francesa, a luta das mulheres pelo direito à educação, ao voto feminino, pela liberdade para trabalhar e contra a diferença salarial para aquelas que sempre trabalharam até as questões de segurança internacional, abordando a marginalização das mulheres e colocando em discussão a questão da violência de gênero no cenário internacional.

A partir da década de 1970, os movimentos feministas ganharam força, e impactaram a Organização das Nações Unidas para promover estratégias de igualdade

de gênero no mundo. Essas estratégias foram evidenciadas nas Conferências Mundiais sobre a Mulher, as quais criaram as bases para a publicação da Resolução 1325 em 2000, que foi o primeiro documento do Conselho de Segurança a conectar os temas de gênero, paz e segurança.

O presente artigo procurou demonstrar como a discussão sobre abuso e exploração sexual está inserida dentro das operações de paz, e apresentar as ações que já foram tomadas pelas Nações Unidas para combater o problema, bem como as que ainda precisam ser implementadas. Neste artigo, argumentamos que casos de abusos e exploração sexual cometidos por *peace-keepers* devem ser investigados e receber a punição adequada.

O combate aos casos de abuso e exploração sexual é importante, pois as consequências desses atos em mulheres e meninas são físicas, gerando problemas de saúde, especialmente na área reprodutiva; psicológicas, como sofrimento, ansiedade e depressão; e sociais, uma vez que a discriminação por gênero gera desequilíbrios na tentativa de conseguir empregos, além de marginalização da comunidade e expulsão da família, em casos de gravidez forçada ou estupros (JIMENEZ, 2011).

Os casos de estupro não ferem apenas a vítima, mas também a honra da família, conforme aponta Vigarello (1998, p. 19), “a virgindade é o ornamento dos costumes [...] sua existência é a condição do casamento. O ataque público a ela compromete a honra, a posição e até a vida. Uma jovem ‘deflorada’ se torna inevitavelmente uma mulher perdida”. Dessa forma, também a maior participação de mulheres em processos de paz é fundamental para conquistar a confiança de mulheres e meninas dentro das comunidades locais, detectando suas necessidades e adaptando as respostas das operações de paz.

Por fim, apresentam-se as recomendações do Relatório Nyakhat como respostas institucionais à violência de gênero em operações de paz. O Relatório é centrado nas pessoas e recuperou a ideia de que as dificuldades enfrentadas pela população civil devem orientar os esforços da organização. Apesar de o documento incentivar os países a investigarem e julgarem casos de AES, é necessário criar uma política de incentivo de denúncias desses casos, que muitas vezes, são ocultados pelos próprios colegas da tropa. O Painel destaca a dificuldade de engajamento das tropas com as comunidades locais, o

que poderia ser melhorado por meio da implementação da Resolução 1325, o que geraria o aumento da participação feminina nos serviços militares.

A ONU possui verdadeiras forças normativas, políticas e operacionais que tornam a organização um ator global essencial para a paz e a segurança. Contudo, para manter essa legitimidade, precisa agir fortemente com relação aos casos de AES. A credibilidade, a legitimidade e a relevância das Nações Unidas nos próximos anos dependerão de sua capacidade de lidar com esses novos desafios. Por fim, o Relatório incentiva a adoção de suas recomendações pelos Estados-Membros e pelas Nações Unidas, a fim de unir seus pontos fortes e suprir as necessidades e expectativas das milhares de pessoas afetadas por conflitos ao redor do mundo.

Referências

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz; ALONSO, Isabela Zorat. (2018) **Os desafios da política externa e segurança no século XXI**. São Paulo: Cultura Acadêmica.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. (1985) **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense.

ARDAILLON, Danielle. (2002) A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW): alicerce da cidadania das mulheres. *In Colóquio de Direitos Humanos*, 2, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, 2002.

BEDIN, Gilmar Antonio; CITTADINO, Gisele Guimarães; ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. (2015) Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito. *In XXIV Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA* Florianópolis.

BEILSTEIN, J. (1995) **The role of women in United Nations Peacekeeping**. Women 2000. New York: Division for Advancement of Women.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D. (2010) **Understanding peacekeeping**. Cambridge: Polity Press.

BONNICI, Thomas. (2007) **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem.

CAVALCANTE, Fernando. (2010) As origens conceituais da construção da paz das Nações Unidas. *Univ. Rel. Int*, 8 (2): 1-22, jul./dez.

DAHRENDORF, Nicola. (2006) Sexual exploitation and abuse: lessons learned study. addressing sexual exploitation and abuse in MONUC. **United Nations peacekeeping in the service of peace**. Março.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. (2013) **Operações de manutenção da paz da ONU de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

FERSTMAN, Carla. (2013) Criminalizing sexual exploitation and abuse by peacekeepers. **United States: Institute of Peace.** Special Report, 335.

FONTOURA, Natalia Rayol. (2009) **Heróis ou vilões?: O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Orientador: Prof. Dr. Kai Michael Kenkel).

FRIEDAN, Betty (1963). **A Mística Feminina.** Rio de Janeiro: Vozes.

GILL, Lorena Almeida. (2009) Olympe de Gouges e seus últimos dias. **Pensamento Plural**, (4): 203-207, jan./jun.

HAAS, Peter M. (1992) Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, 46 (1): 1-35.

HAMANN, Eduarda; ABDENUR, Adriana Ethal. (2017) **O futuro das operações de manutenção da paz das Nações Unidas: uma perspectiva brasileira (implementação do relatório HIPPO).** Rio de Janeiro: **Instituto Igarapé**, 1-21.

JIMENEZ, Ximena. (2011) **Gender perspectives in United Nations peacekeeping operations.** 2. ed. Williamsburg, VA: Peace Operations Training Institute, 1-35,...

KARIM, Sabrina; BEARDSLEY, Kyle. (2017) **Equal opportunity peacekeeping: women, peace and security in post-conflict states.** New York: Oxford University Express.

LeGATES, Marlene. (2001) **In their time: a history of feminism in western society.** New York: Routledge.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco.; RINALDI, Augusto Leal. (2017) Preventing “protectors to become predators”: can the United Nations stop sexual abuse and exploitation by UN Peacekeepers? **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, 6 (11): 215-249, jan./jun.

MIRANDA, Cynthia Mara. (2014) Integração de políticas de gênero no estado: caminhos para eliminação da desigualdade entre mulheres e homens. *In* **Simpósio nacional sobre democracia e desigualdades**, 2, 2014, Brasília. Anais... Brasília: UnB.

NDULO, Muna. (2009) The United Nations responses to the sexual abuse and exploitation of women and girls by peacekeepers during peacekeeping missions. **Berkeley Journal of International Law**, 27 (1):127-161.

OLIVEIRA, Adriana Vidal de. (2007) **A expressão constituinte do feminismo: por uma retomada do processo liberatório da mulher.** Dissertação de Mestrado em Direito,

apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Orientador: Prof. Dr. Adriano Pilatti).

ONU. **Carta da Organização das Nações Unidas de 1945**, promulgada, no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 19.841, de 22 de setembro de 1945, publicada em [<http://www.un.org/aboutun/charter/>]. Disponibilidade 09/08/2011.

ONU MULHERES Brasil. (2018) **Conferências Mundiais da Mulher**, publicada em [<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>]. Disponibilidade: 11/06/2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). (2003) Special Measure for protection from sexual exploitation and abuse. **Secretary-General's Bulletin**, n. ST/SGB/2003/13, 09 out.

PINTO, Céli Regina Jardim. (2010) Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, 18 (36) : 15-23, jun.

REBELO, Tamyá Rocha. (2012) **Lentes de gênero para as missões de paz: desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas**. São Paulo: Cultura Acadêmica.

_____. (2013) O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. **Estudos Feministas**, 21 (3): 817-837.

RODRIGUES, Almira. (2001) Práticas sociais, modelos de sociedade e questões éticas: perspectivas feministas. In SUSIN, Luiz Carlos (org). **Terra prometida: movimento social, engajamento cristão e teologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 131-142

SCHMIDT, Joessane de Freitas. (2012) As mulheres na Revolução Francesa. **Revista Thema**, 9 (2): 1-19.

SOARES, Samuel Alves; VITELLI, Marina Gisela. (2016) Comunidades epistêmicas e de prática em defesa na Argentina e no Brasil: entre a organicidade e a plasticidade. **Rev. Carta Inter.**, 11 (3): 99-123.

UNITED NATIONS (2000). **We the peoples: the Role of the United Nations in the 21st Century**. Publicado em: [https://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/We_The_Peoples.pdf]. Disponibilidade: 02/12//2019.

UNITED NATIONS. (2015) General Assembly Security Council. **Report of the High-level Independent Panel on Peace Operations on uniting our strengths for peace: politics, partnership and people**. 17 Junho. Publicado em: [https://peaceoperationsreview.org/wp-content/uploads/2015/08/HIPPO_Report_1_June_2015.pdf]. Disponibilidade: 02/11//2019.

VALENÇA, Marcelo Mello (2006). **A questão da segurança nas novas operações de paz da ONU: Os casos de Serra Leoa e da Bósnia-Herzegovina**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, apresentada Ao Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI) da PUC-RIO (Orientador: Prof. Dr. Nizar Messari).

VIGARELLO, Georges. (1998) **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ZECHLINSKI, Beatriz Polidori. (2015) Escritoras e cultura literária na França, no século XVII: questões sobre o cânone. **Revista de História e Estudos Culturais**, 12 (2): 1-22, jul./dez.